

## **A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul: uma abordagem na perspectiva da História Comparada**

**German and Italian Colonization in Rio Grande do Sul:  
and approach from the perspective of Comparative History**

Fabiano Quadros Rückert \*

**Resumo:** O objetivo principal deste artigo consiste em apresentar um exercício de História Comparada a partir do estudo do conjunto das principais ações políticas que possibilitaram a imigração de alemães e italianos para o Rio Grande do Sul. O artigo está organizado em quatro tópicos específicos: o primeiro contempla o processo das migrações transoceânicas no seu sentido mais amplo inserindo o sul do Brasil no mapa das grandes migrações europeias; o segundo destaca a formação das primeiras colônias alemãs no período entre 1824 e a década de 1850; o terceiro aborda a ocupação da Serra pelas colônias imperiais povoadas principalmente por imigrantes italianos; e o quarto apresenta o noroeste do Rio Grande do Sul como um “destino em comum” para alemães e italianos analisando o desenvolvimento das chamadas *colônias mistas*. Perfazendo esses quatro tópicos, o texto aborda semelhanças e diferenças entre a política de colonização imperial, a provincial e a particular e apresenta analogias entre as primeiras colônias alemãs, as colônias ditas italianas na região da Serra e as colônias mistas no Alto Uruguai.

**Palavras - chaves:** Colonização. Rio Grande do Sul. História Comparada.

**Abstract:** The main objective of this paper is to present an exercise in comparative history from the study of the major political actions that allowed the immigration of Germans and Italians to Rio Grande do Sul. The paper is organized into four specific topics: the first includes the process of transoceanic migration in its broadest sense placing the south of Brazil on the map of the great European migrations, the second highlights the formation of the first German settlements in the period between 1824 and 1850; the third deals with the occupation of the mountain range by the imperial colonies populated mostly by Italian

---

\* Doutorando em História (UNISINOS). Professor de História no município de São Leopoldo – RS.

immigrants, and the fourth presents the northwest of Rio Grande do Sul as a "common destiny" for Germans and Italians analyzing the development of the so-called mixed colonies. Through these four topics, the text discusses similarities and differences between the policy of imperial colonization, the provincial and the particular, and presents analogies between the first German colonies, the Italian colonies in the mountain range region and the mixed colonies of the upper Uruguay

**Keywords:** Colonization. Rio Grande do Sul. Comparative History.

### ***I – A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no mapa das imigrações europeias do século XIX***

A vinda de imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul no decorrer do século XIX deve ser analisada no contexto mais amplo do processo histórico que provocou a transferência de milhões de europeus de diversas etnias e nacionalidades para o continente americano. Na sua vertente europeia esse processo foi uma das consequências das mudanças econômicas e tecnológicas que estavam em curso em algumas regiões da Europa e foi também um reflexo do alto crescimento demográfico dos povos europeus. Na sua matriz americana o processo envolvia fatores como a existência de terras em abundância, as possibilidades de trabalho em setores econômicos com alto potencial de desenvolvimento e o surgimento de políticas de incentivo a imigração nos países americanos.

No segundo quarto do século XIX, a independência das antigas colônias ibéricas era um fato consolidado (com exceção de Cuba e de Porto Rico) e dentro de uma nova conjuntura política, as relações econômicas e culturais entre os países latino-americanos e os países ibéricos foram gradualmente reestabelecidas. Na mesma época, os Estados Unidos já apresentavam sinais de um expressivo crescimento e apesar da continuidade da escravidão, a sua economia oferecia atrativos para os povos europeus. Foi neste contexto de novas conjunturas políticas e de perspectivas positivas para o futuro da América que diversos povos europeus cruzaram o Oceano Atlântico e se dispersaram pelo continente americano.

Diante de um quadro histórico internacional em que a Europa apresentava dificuldades para atender as demandas da sua crescente população, enquanto a

América expressava interesse em receber imigrantes europeus, duas perguntas ganharam importância nos estudos de história da imigração: Quem imigrou para a Europa para América no decorrer do século XIX? E quais foram os critérios que orientaram a distribuição dos imigrantes no vasto espaço territorial do continente americano?

A resposta da primeira pergunta deve ser construída considerando três variáveis de análise – a origem, o perfil socioeconômico e o fator gênero: 1<sup>a</sup>) no conjunto dos diversos povos europeus que migraram para América no decorrer do século XIX, os italianos, alemães e poloneses formaram o contingente mais numeroso, nesse mesmo conjunto, irlandeses, escoceses, portugueses e espanhóis possuíam expressiva representação, restando ainda lugar para grupos minoritários, dentre os quais estavam os franceses, os suíços, os poloneses e os russos; 2<sup>a</sup>) os estudos indicam que o perfil socioeconômico dos imigrantes europeus não era homogêneo, em algumas regiões da Europa a experiência de imigração foi mais atrativa para os camponeses, em outras, ela foi atrativa para profissionais urbanos ou sujeitos que mesmo ligados a economia agrária possuíam qualificações específicas e/ou capital para investir na América; 3<sup>o</sup>) o predomínio de homens no fenômeno da imigração europeia reforça o seu perfil de um fenômeno migratório de origem econômica, apesar disso, os estudos mais recentes ressaltam que esse predomínio foi mais intenso em alguns casos e cronologicamente mais pontual em outros e, conseqüentemente, a participação das mulheres e a experiência de imigrações em família foram valorizadas pela historiografia contemporânea.

A resposta da pergunta sobre os critérios que orientaram a distribuição dos imigrantes no continente americano excede o fator econômico, embora ele permaneça sendo o principal. A dispersão dos europeus pela América do século XIX foi também influenciada pelo fator cultural – dentro do qual o idioma estava incluído, seguindo essa lógica, podemos compreender a preferência dos imigrantes portugueses e espanhóis por países latino-americanos e podemos observar um comportamento semelhante no fluxo de imigração de irlandeses, escoceses e ingleses para os Estados Unidos. Apesar de importante, o fator cultural não explica a

imigração dos alemães para América e não ajuda na compreensão da existência de um fluxo de franceses em direção à Argentina e ao Brasil. <sup>1</sup>

Numericamente, os alemães formaram o segundo maior contingente de europeus que cruzaram o Oceano Atlântico em direção à América no decorrer do século XIX. No caso específico do Brasil, o período mais intenso da imigração foi anterior à unificação da Alemanha e, conseqüentemente, uma parte expressiva dos imigrantes classificados pela historiografia de forma genérica como “alemães”, desembarcaram no Brasil na condição de cidadãos de reinos germânicos. Diferentes na sua procedência e classificados como “alemães” pela historiografia, esses imigrantes foram contemplados pela política de imigração adotada pelo Governo Imperial do Brasil que decidiu fazer da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o núcleo inicial da colonização alemã no sul do Império. <sup>2</sup>

A intenção de atrair imigrantes alemães para o Brasil manifestou-se ainda no período joanino quando ocorreu a fundação da colônia de Nova Friburgo, por iniciativa do rei D. João VI, mas foi depois da independência, durante o governo de D. Pedro I, que foram encaminhadas as iniciativas diplomáticas, financeiras e administrativas necessárias para a execução dessa intenção. Os documentos referentes ao assunto destacam que a escolha da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul como destino dos alemães recrutados por ordem do governo imperial possuía uma lógica militar, ou seja, era necessário intensificar o povoamento da região e ampliar o seu potencial bélico atraindo imigrantes com experiência militar. Para atender esse propósito, o Império ofereceu passagens, lotes de terra e um auxílio financeiro temporário para os interessados e dirigiu sua propaganda de imigração para os reinos germânicos, explorando os vínculos diplomáticos firmados entre o Brasil e a família imperial austríaca por ocasião do casamento de D. Pedro I com a Imperatriz Leopoldina.

Em 1824, quando os primeiros imigrantes alemães desembarcaram nas terras da Feitoria Real do Linho Cânhamo – núcleo inicial da colônia de São Leopoldo, a

---

<sup>1</sup> A insuficiência do fator cultural para compreensão das migrações transatlânticas não significa diminuir a importância dele, pelo contrário, os estudos recentes corroboram a ideia de que eles foram determinantes na construção dos principais fluxos migratórios. O que convém destacar é a necessidade de pensarmos os casos de exceção, dentre os quais se enquadram os franceses e os alemães.

<sup>2</sup> Sobre as diferentes procedências dos imigrantes alemães ver o texto *Quiénes se fueron al sur? La elección de destino entre los inmigrantes alemanes en el siglo XIX*. (KAMPHOEFNER, 1999).

então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi definitivamente inserida no mapa das migrações transoceânicas. No decorrer do século XIX, a existência de um núcleo colonial alemão no sul do Brasil possibilitou a formação de um fluxo de imigrantes alemães que buscavam nessa região as oportunidades que a Europa não oferecia.

## **II – Os alemães e a criação das primeiras colônias**

A inserção da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no mapa das migrações europeias fez de São Leopoldo o núcleo inicial da colonização alemã na região.<sup>3</sup> O desenvolvimento dessa colônia produziu repercussões políticas e mudanças no perfil socioeconômico da província. Diante da experiência pioneira da colonização alemã e dos seus resultados positivos, os assuntos referentes à imigração e colonização passaram a receber uma expressiva atenção do governo provincial e posteriormente, do governo estadual. Considerando o volume expressivo de estudos existentes sobre o tema e visando os objetivos prenunciados no começo deste artigo, proponho concentrar a análise em dois pontos específicos: (1) a mudança na política agrária imperial e provincial que acompanhou o processo de imigração alemã para o Rio Grande do Sul no período entre 1824 e 1858; (2) o desenvolvimento econômico e demográfico da colônia de São Leopoldo e as suas consequências.

Sobre a mudança na política agrária imperial no período em questão e as suas relações com a imigração alemã, cabe destacar o artigo de Marcos Justos Tramontini intitulado *O Rio Grande do Sul no início da imigração*. Neste texto, o autor destaca a ruptura na política de distribuição de terras iniciada com a suspensão da concessão de sesmarias (Resolução de 17 de julho de 1822) e concluída com a Lei de Terras em 1850, e foi durante esse intervalo de tempo que o poder imperial promoveu a criação da Colônia de São Leopoldo, usando inicialmente as terras da Feitoria Real do Linho Cânhamo. Produto de uma intervenção do Governo Imperial que não contemplava os interesses da elite pecuarista da província, a colonização alemã no Rio Grande do Sul tornou-se gradualmente motivo de discussões na Assembleia Provincial e gerou conflitos na medição e demarcação dos lotes de terras destinados aos imigrantes. Rüdiger referiu-se a estes conflitos da seguinte forma:

---

<sup>3</sup> Em 1826, dois anos depois da criação da Colônia de São Leopoldo, o presidente da Província ordenou a instalação de um núcleo alemão em Torres, no litoral norte do Rio Grande do Sul, posteriormente, esse núcleo dividiu-se entre as colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara.

A imigração veio localizar-se dentro de um sistema de terras que, bem ou mal, funcionava há séculos e com o qual era incompatível. Daí a forma apaixonada e emotiva que adquiriam as inevitáveis dificuldades e problemas técnicos, sociais e políticos que agitaram a colônia de S. Leopoldo por mais de 30 anos. O sucesso da imigração pressupunha uma reforma no sistema de posse e reaparelhamento administrativo do Estado, mas como o poder foi tomado pela vigorosa classe dos latifundiários, eles se opuseram aos planos imperiais. (RÜDIGER: 1965, p. 98).<sup>4</sup>

Segundo Juvêncio Saldanha Lemos, diante das condições precárias em que os colonos foram recebidos e da morosidade na demarcação e distribuição dos lotes, o sucesso da colônia de São Leopoldo foi “um acidente de percurso”.<sup>5</sup> Na interpretação deste autor, a experiência de recrutamento de milhares de alemães na Europa e de instalação deles no sul do Brasil procedeu-se em um ritmo mais intenso do que a capacidade administrativa das autoridades imperiais. Sem desconsiderar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros grupos de alemães que se fixaram nas margens do Rio dos Sinos, entendo que Lemos equivocou-se na sua interpretação por não incluir na sua análise quatro fatores positivos no desenvolvimento inicial de São Leopoldo: (1) a localização estratégica nas margens de um rio e as vantagens decorrentes do transporte fluvial, (2) os vínculos étnicos que possibilitaram o auxílio mútuo entre os alemães na fase mais precária da colônia e (3) o empenho do governo provincial no auxílio aos imigrantes alemães e nos trabalhos de demarcação e distribuição de terras; (4) a existência de imigrantes com experiência no artesanato.

Dos fatores positivos citados acima, convém dedicarmos uma atenção especial ao quarto deles, ou seja, a existência de imigrantes com experiência no artesanato. O texto de Martin Dreher, intitulado *O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos*, oferece uma interessante abordagem do tema. Dreher analisou as profissões de um grupo de imigrantes listadas nos registros de Batismos, Óbitos e Casamentos elaborados pelo pastor protestante Johann Georg Ehlers, no período de 1824 a 1844 e propôs a seguinte interpretação para a realidade da economia na colônia.

---

<sup>4</sup> Apud. TRAMONTINI: 1999, p. 21.

<sup>5</sup> Apud. MACHADO: 1999, p. 20.

*Parece ser evidente que sua complexidade esteve ligada à pluralidade de profissões dos artesões expulsos da Europa, mas ela também está profundamente relacionada ao tipo de sociedade implantado no regime de pequena propriedade rural."*

*Três atividades sobressaem: comercial, corureiro-calçadista, madeireira. Pelos dados apresentados é, inclusive, difícil apresentar uma que tenha sido preponderante. A atividade têxtil e o setor metalúrgico pouco, porém, lhes ficam devendo. O artesanato está a indicar sociedade pré-industrial. Como não havia ainda capitais acumulados, não foi possível a industrialização desde cedo. O grande número de comerciantes, porém, está a indicar, onde acontecerá este acúmulo de capital. Ele, contudo, não se dará as custas do setor primário. Há indícios de que ele possa também a partir da comercialização da atividade artesanal.<sup>6</sup>*

Estimulado inicialmente pelo excedente agrícola dos colonos e pela proximidade da capital da Província, o comércio gerou lucros que foram parcialmente investidos na produção artesanal de São Leopoldo – matriz do processo de industrialização na região do Vale dos Sinos. Segundo Hornmeier, em 1856 existiam na Vila de São Leopoldo “60 curtumes, 31 selarias, 40 moinhos de farinha, 32 prensas de óleo, dois descascadores de arroz, 2 fábricas de chapéus, 6 cervejarias, 32 alfaiates, 33 sapateiros e trinta fabricantes de chinelo.” (AMSTAD: 1999, p. 245) Esses dados indicam a ligação da economia local com o beneficiamento de alimentos e com a indústria do couro nas primeiras décadas da sua existência. O rápido crescimento da colônia de São Leopoldo foi considerado por algumas autoridades imperiais como prova da prosperidade do empreendimento colonial,<sup>7</sup> por outro lado, ele também se tornou motivo de preocupação com a concentração de alemães na colônia e com a necessidade de providenciar novas terras. No final dos anos 40, discutia-se na Assembleia Provincial o uso das terras devolutas para fins de colonização e a necessidade de impedir a concentração dos alemães em São Leopoldo.

---

<sup>6</sup> DREHER: 1999, p. 69-70.

<sup>7</sup> “Em janeiro de 1846, o número de colonos chegados era 5.810 no final do ano eleva-se para 7.325 e no ano de 1847 chegava a 8.236, mais a estimativa de nascimento de 300 crianças.” (NONNENMACHER: 2000, p. 14).

Em 1846, o Dr. Hilebrand, na condição de diretor da Colônia de São Leopoldo, ordenou a medição das terras devolutas entre o Rio Caí e o Rio Forromeco, nessa área, foi criada a Colônia de Feliz que 1853 já estava ocupada por 90 famílias, sendo algumas procedentes das velhas picadas e a maior parte delas compostas de imigrantes procedentes da Renânia. Na mesma época, outra frente de expansão da colonial avançou em direção a parte alta do Vale dos Sinos ocupando as terras que Tristão Monteiro loteou e vendeu na chamada colônia Mundo Novo (1847); posteriormente, as terras das fazendas Padre Eterno e Leão também foram loteadas e comercializadas, completando a ocupação do Vale por imigrantes alemães no sentido leste-oeste. Teodoro Amstad faz a seguinte referência à colônia criada por Tristão Monteiro nas terras em torno do rio Santa Marta.

*Tratava-se, sem dúvida, de um 'Mundo Novo' para os excedentes populacionais que para lá se mudaram, pois, no início adquiria-se uma colônia de 100 mil braças quadradas por apenas 300\$000 e mais tarde 600 a 800\$000. Além disso, concediam-se prazos longos e juros baixos aos compradores, permitindo até as pessoas sem dinheiro vivo realizar a compra. (AMSTAD: 1999, p. 108).*

Ciente do empenho dos imigrantes e dos seus descendentes em construir estradas, ocupar as terras e torná-las produtivas, o governo provincial encaminhou, em 1849, a fundação da Colônia de Santa Cruz em terras devolutas e no curto período de dez anos esse novo núcleo colonial possuía 2.409 moradores. Segundo Amstad, para acelerar a ocupação da Colônia de Santa Cruz, o governo firmou contrato com “um certo Kläutgen para recrutar 2.000 imigrantes” e comprometeu-se com o pagamento da viagem e com um auxílio financeiro que deveria ser pago após a instalação dos imigrantes. Estamos então diante de uma situação nova em dois aspectos: a criação da Colônia de Santa Cruz como produto de uma política provincial de imigração e colonização e a contratação de um serviço de recrutamento de imigrantes feito pelo governo provincial.

O desenvolvimento de Santa Cruz contribuiu para a criação de novas colônias alemãs pelo governo provincial, neste contexto foram fundadas a Colônia de Santo Ângelo, Nova Petrópolis e Santa Maria de Soledade. A Colônia de Soledade foi incorporada a administração provincial diante do fracasso da experiência de

colonização particular promovida pela empresa Montravel, Silveiro & Cia.<sup>8</sup> Mas apesar desse fracasso, no final da década de 1850 estava em curso uma experiência bem sucedida de imigração alemã promovida com capital particular do comerciante Jacob Rheingantz – fundador da Colônia de São Lourenço, nas proximidades de Pelotas. Rheingantz comprou em 1856 “8 milhas quadradas de terras devolutas” do governo imperial e assumiu o compromisso de demarcar os lotes e colonizá-los com famílias de nacionalidade alemã, recebendo do governo uma contrapartida financeira para cada imigrante instalado na nova colônia.

A fundação da Colônia de São Lourenço marca o encerramento de um ciclo de imigração alemã iniciada em 1824 nas margens do Rio dos Sinos. Na fundação da Colônia de São Leopoldo prevaleceu o interesse do Governo Imperial e a prática da concessão gratuita de terras devolutas para os imigrantes; posteriormente, na fundação das colônias de Feliz, de Santa Cruz, de Santo Ângelo, de Nova Petrópolis encontramos as marcas de uma política provincial de imigração. O caso da Colônia de Soledade, criada como um empreendimento particular e depois assumida pelo Governo da Província, sinaliza a crescente abertura para o capital particular no “negócio da imigração”, mas também indica os problemas decorrentes dessa abertura. O que aconteceu em Soledade – o fracasso de um empreendimento iniciado com capital particular – não pode ser generalizado, pois na mesma época, as colônias do Mundo Novo e de São Lourenço eram empreendimentos coloniais particulares bem sucedidos.

A promulgação da Lei de Terras em 1850 não impediu que o governo provincial levasse adiante o seu projeto de criação de novas colônias. Em 4 de dezembro de 1851, esse projeto foi reforçado com a Lei 299, que ordenava a medição e demarcação das colônias existentes e das que seriam estabelecidas e determinava no seu Artigo 9º: “As terras serão concedidas gratuitamente.” Essa era a intenção do governo provincial, mas, sem poder arcar com todas as despesas do empreendimento colonial, ele foi gradualmente ampliando o espaço para os investidores particulares e valorizando o capital dos próprios imigrantes na expansão das colônias alemãs.

### **III – Os imigrantes italianos e a ocupação da Serra rio-grandense**

---

<sup>8</sup> A empresa surgiu com uma sociedade entre o vice-cônsul da França, conde Montravel, e João Coelho Barreto, Dionísio de Oliveira Silveiro e Israel Soares de Barcelos.

A colonização com imigrantes europeus de terras devolutas na Serra do Rio Grande do Sul foi uma decisão do Governo Imperial que ganhou forma inicial com a criação das colônias Conde D'Eu e Dona Isabel (Ato de 24 de maio de 1870). As colônias imperiais foram planejadas para atender as disposições da Lei de Terras que fixou a compra como condição para obtenção das terras devolutas. Elas também seguiam as determinações do Decreto Imperial n. 3. 784, de 19 de janeiro de 1867, considerado a principal lei de imigração do Império, e foram implantadas e administradas por funcionários da Inspeção Geral de Terras e Colonização.<sup>9</sup> Dentro deste contexto de investimentos do Governo Imperial na imigração e na colonização de terras devolutas no Rio Grande do Sul, o projeto de ocupação da Serra por italianos diferenciou-se da experiência da Colônia de São Leopoldo em dois aspectos principais: a prática da venda dos lotes de terras públicas e a existência de uma legislação e de um quadro administrativo criado especificamente para promover a ocupação e o funcionamento das colônias imperiais.

O sistema de demarcação dos lotes nas colônias italianas também foi diferente. Na Colônia de São Leopoldo, as chamadas fronteiras naturais (rios, arroios e morros), serviram como referenciais para demarcação dos lotes; enquanto que na área destinada aos italianos, a divisão das terras foi feita a partir da sobreposição de dois tipos de linhas: as léguas (demarcadas no sentido longitudinal) e os travessões (demarcados no sentido vertical). Analisando esse sistema de demarcação de terras usado nas colônias imperiais da Serra no Rio Grande do Sul, Loraine Slomp Giron ressaltou que as linhas não consideravam os fatores naturais, elas projetavam-se a partir de locais previamente definidos para serem núcleos administrativos das colônias. (GIRON: 1992, p. 62).

Segundo Giron, a venda dos lotes foi feita em valores relativamente baixos e a compra facilitada por incentivos e subsídios governamentais, como consequência disso, a receita obtida com a venda dos lotes da Colônia de Caxias não cobriu os altos custos decorrentes do transporte e dos subsídios concedidos aos imigrantes pelo

---

<sup>9</sup> A Inspeção Geral de Terras e Colonização foi criada pelo Decreto n. 129 de 23 de fevereiro de 1876, ela estava subordinada ao Ministério da Agricultura e apesar de sujeita a fiscalização do Governo Provincial, possuía uma expressiva autonomia na execução dos seus trabalhos. Coube aos funcionários da Inspeção Geral de Terras e Colonização a medição e demarcação dos lotes, a construção de obras de infraestrutura, o auxílio financeiro aos imigrantes, o controle da venda e do pagamento dos lotes e os diversos assuntos administrativos das colônias imperiais.

governo e também não produziu os valores necessários para os trabalhos da Diretoria Geral de Terras e Colonização. Os investimentos públicos na criação das colônias imperiais (apesar de divididos entre o Governo Provincial e o Império) foram elevados e as condições de acesso às terras facilitadas.<sup>10</sup> Em 1875, três colônias imperiais estavam instaladas na Serra do Rio Grande do Sul: Dona Isabel, Conde D’Eu e Caxias. Na década seguinte, outras três foram fundadas: Alfredo Chaves (1885), São Marcos (1885) e Antônio Prado (1886). A disponibilidade de terras neste conjunto de seis colônias era grande e de acordo com estimativas feitas na ocasião da “emancipação” delas, foram demarcados cerca de 168.578 lotes rurais – número que não incluía os lotes urbanos demarcados em torno da sede das respectivas colônias.

A quantidade de lotes demarcados e vendidos e o grande número de italianos que desembarcaram na Província para adquirir lotes nas colônias imperiais é um indicativo de que o modelo de compra das terras devolutas implantado pela Lei de Terras não impediu que um intenso fluxo de imigrantes ocupasse a Serra do Rio Grande do Sul, num processo de ocupação que apesar de incentivado pelo Governo Imperial, diferenciou-se do ocorrido nas colônias alemãs abordadas na parte inicial deste texto, especialmente na questão da venda da terra e no sistema de demarcação dos lotes. Outro tipo de diferença importante na comparação entre as colônias italianas e alemãs é de ordem natural, ou seja, ele está ligado às características topográficas e hidrográficas de cada região. A fixação da maior parte dos alemães na área de Depressão Central da Província permitiu que esse grupo étnico fosse beneficiado pelo uso da navegação fluvial – via de transporte que foi fundamental para o desenvolvimento das colônias alemãs. Na região das colônias italianas o relevo impedia a navegação fluvial e, ao mesmo tempo, dificultava o transporte terrestre.

A importância das redes de transporte para as colônias alemãs no Rio Grande do Sul é o tema principal nas obras da historiadora Dalva Neraci Reinheimer. Nos seus estudos sobre a navegação e o comércio fluvial no século XIX, Reinheimer

---

<sup>10</sup> Essa interpretação de que o acesso aos lotes de terras nas colônias imperiais do Rio Grande do Sul foi facilitado pelo Império é defendida por autores como GIRON (1992) e MACHADO (1999): o primeiro autor enfatiza que a maior parte dos lotes foi vendido pelo preço previsto na lei para terras de 3ª classe, ou seja, lotes com tamanho entre 15 e 30 hectares; o segundo autor destaca que o auxílio financeiro concedido aos imigrantes na condição de empréstimo não ultrapassava 30% do valor dos lotes, fato que somado com os prazos flexíveis concedidos e com a ausência de juros facilitava a quitação do débito dos imigrantes com o Governo Imperial.

destacou o surgimento de companhias fluviais e de casas de comércio controladas por alemães, relacionando o crescimento desses dois segmentos econômicos com o desenvolvimento das colônias alemãs no Vale do rio dos Sinos e no Vale do rio Caí. Neste processo, Porto Alegre era o centro da rede do comércio na parte norte da Província, mais o controle do transporte fluvial e das companhias de compra e venda dos produtos procedentes das colônias estava nas mãos de famílias alemãs.<sup>11</sup>

Nas suas primeiras décadas de existência, as colônias italianas possuíam duas vias de acesso ao comércio com Porto Alegre, ambas em condições precárias e distantes cerca seis dias de viagem dos portos de Montenegro e São Sebastião do Caí – usados pelos italianos para concluir a longa viagem entre a Serra e a capital da Província.<sup>12</sup> O tempo necessário na viagem, a precariedade das condições de transporte e existência de intermediários no caminho dificultavam o comércio entre as colônias italianas e Porto Alegre (esses fatores adversos diminuía o valor dos produtos coloniais e encareciam os artigos manufaturados procedentes da capital). Mas apesar das adversidades no acesso à capital da Província, as colônias italianas alcançaram um expressivo crescimento econômico através da produção agrária, do artesanato e do comércio com as áreas de colonização portuguesa nas proximidades norte e oeste da Serra.

Desfavorecidas pelo fator geográfico, as colônias italianas estavam contempladas pela legislação imperial e receberam investimentos do Império, sob este ângulo jurídico e financeiro, elas certamente estavam em desvantagem inicial em relação às colônias provinciais. Com o tempo, as dificuldades de transporte nas áreas de colonização italiana foram sendo superadas pelo trabalho dos imigrantes e pelos investimentos do Governo Imperial na abertura e conservação de estradas e construção de pontes. Neste aspecto, as colônias imperiais da Serra seguiram as disposições do Decreto n. 3. 784 que fixava as linhas gerais da política imperial de colonização e autorizava a contratação dos imigrantes para trabalhos na abertura de

---

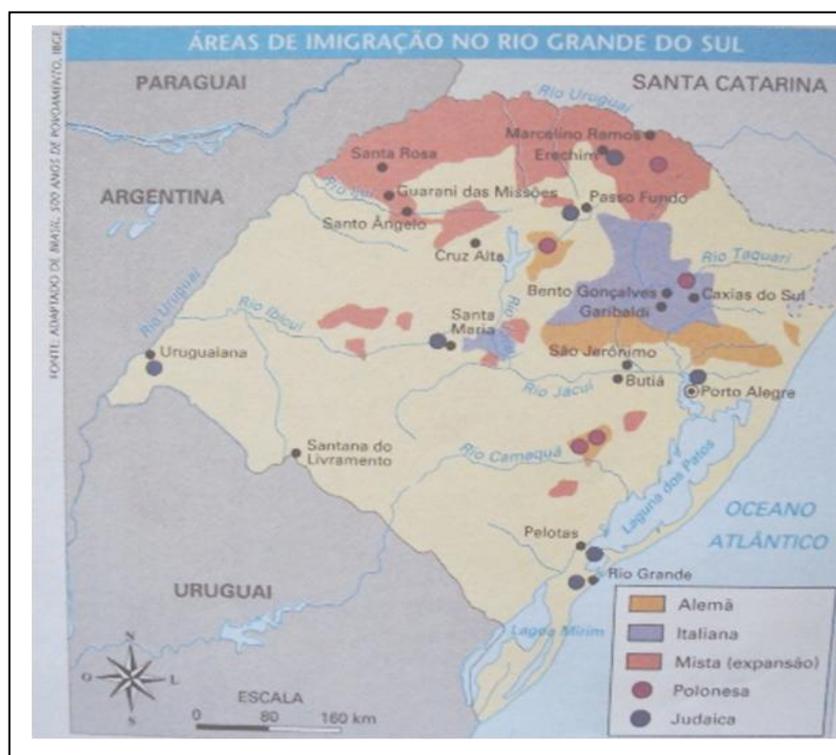
<sup>11</sup> Com a inauguração da linha férrea entre Porto Alegre e São Leopoldo em 1876 o comércio fluvial pelo rio dos Sinos entrou gradualmente em declínio, mas a nova via de transporte não anulou o controle dos alemães sobre a rede de comércio entre Porto Alegre e as colônias. Para acessar os serviços da linha férrea, os habitantes de Taquara do Mundo Novo continuaram usando a navegação fluvial até São Leopoldo e as colônias da encosta da Serra transportavam suas mercadorias por picadas e estradas até a Estação Férrea.

<sup>12</sup> Sobre as dificuldades de transporte entre as Colônias Imperiais da Serra e a capital da Província, ver em POZENATTO e GIRON, 2004.

estradas e outras construções necessárias para o bom funcionamento das colônias. Segundo Paulo Pinheiro Machado, os documentos referentes a administração das colônias imperiais no Rio Grande do Sul, indicam um crescente gasto com obras de públicas realizadas pelos próprios imigrantes sob a supervisão de autoridades imperiais ou mediante contratos firmados por empreiteiros.

#### **IV – Um destino em comum: alemães e italianos no noroeste do Rio Grande do Sul**

Nos livros didáticos de História do Rio Grande do Sul é comum a presença de mapas identificando as principais áreas de colonização europeia no Estado. Alguns mapas incluem núcleos de judeus e poloneses, outros, excluem estes grupos étnicos minoritários e destacam três áreas distintas: colônias alemãs, colônias italianas e colônias mistas.



A existência de representações cartográficas de processos históricos complexos como a colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus talvez mereça maior atenção da parte dos historiadores e certamente pode ser o tema de produtivos diálogos entre a História e a Geografia. No momento, o que proponho é a um

exercício de comparação entre as chamadas *colônias mistas* e as colônias abordadas na parte inicial do texto, mas antes de avançarmos para as comparações, importa atentarmos para o fato de que o conceito de *colônias mistas* é uma construção historiográfica passível de discussão. Da parte do governo, tanto no período imperial quanto no republicano, não existia uma intenção de formar colônias com grupos étnicos europeus homogêneos, apesar de existirem certos documentos expressando preferência de algumas autoridades governamentais por alemães e italianos, em detrimento de poloneses e russos no Rio Grande do Sul.<sup>13</sup>

Se o conceito de *colônias mistas* é passível de discussão, o mesmo se pode dizer em relação às chamadas colônias italianas da Serra. Freitas, Caregnato e Tomazoni pesquisaram a procedência dos imigrantes que se fixaram nas Colônias Imperiais criadas na Serra e sustentam a interpretação de que todas podem ser consideradas “colônias mistas.” Segundo estes autores: “Em Dona Isabel os italianos representavam 78%, em Conde D’Eu 58%, em São Marcos 41%, em Caxias 71% e 65% em Alfredo Chaves do total da população no período analisado.” (FREITAS et. al, 2006, p. 538). Os números de imigrantes de etnias minoritárias são expressivos, especialmente se considerarmos que o predomínio dos italianos cresceu gradualmente na fase final de instalação das colônias.

René Gertz também nos adverte para polissemia de significados presentes no conceito de “colônias mistas” e reconhece que o uso mais recorrente na historiografia da imigração contempla as colônias rurais formadas por integrantes de diferentes etnias. No caso do Rio Grande do Sul do século XIX, apesar da existência de preocupações de algumas autoridades provinciais com a concentração de imigrantes da mesma nacionalidade em um determinado local, as colônias mistas foram exceções. Segundo Gertz, havia uma resistência dos imigrantes e dos seus descendentes em participarem de “colônias mistas” e algumas lideranças teuto-brasileiras posicionavam-se em defesa de “uma colonização homogênea”, com colônias organizadas por critérios étnicos ou religiosos. (GERTZ, 2006).

Dizer que as *colônias mistas* são construções historiográficas não significa dizer que o conceito perde a sua validade como categoria de distinção entre os

---

<sup>13</sup> Ver sobre o assunto no texto de Isabel Rosa Gritti intitulado *Poloneses, Alemães e Italianos no processo de colonização do Rio Grande do Sul*. In: XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: OIKOS, 2006, p. 508 – 519.

diferentes tipos de colônias. Na concepção que orienta este texto, o conceito é válido justamente pela possibilidade de pensarmos as particularidades das novas colônias que surgiram no final do século XIX na região noroeste do Rio Grande do Sul. Tradicionalmente, essas são as chamadas *colônias mistas* – expressão que destaca uma representação mais equilibrada de diversos grupos étnicos no processo de colonização. Sobre este aspecto a bibliografia referente à imigração também inclui os teuto-brasileiros como participantes do povoamento das *colônias mistas*, embora indique importantes diferenças entre eles e os imigrantes alemães que chegaram já na fase final da imigração.<sup>14</sup>

Pelo que foi exposto acima, sabemos que o conceito de *colônias mistas* deve ser usado com certa cautela, e pelo mapa anteriormente apresentado, podemos identificar que elas ocuparam principalmente a parte noroeste do estado, também chamada de “Alto Uruguai”. O fluxo migratório nessa direção procedeu-se de forma lenta e gradual e os documentos indicam que ele era um assunto discutido na Assembleia Provincial ainda na primeira metade do século XIX. Naquele contexto a preocupação principal das autoridades provinciais era com a presença dos nativos na região e com a precariedade da rede de estradas que dificultava a incorporação econômica das terras do “Alto Uruguai”. Reduzir o espaço dos índios Kaingang – pela força ou pela prática dos aldeamentos – e expandir as estradas foram estratégias usadas pelo Governo da Província que discutia as conveniências de povoar essas terras com imigrantes europeus tomando o sucesso da Colônia de São Leopoldo como um exemplo do potencial produtivo dos imigrantes.

O avanço sobre as terras Kaingang iniciou-se com habitantes da Província de origem portuguesa e se considerarmos que a concessão de sesmarias foi suspensa em 1822, e que a cidade de Cruz Alta surge como núcleo urbano lusitano mais próximo da região em 1835, podemos classificar as terras do Alto Uruguai como terras indígenas ou como terras devolutas. Na lógica contemporânea o conceito de “terras indígenas” possui fundamento, mas na lógica do século XIX ele era um conceito

---

<sup>14</sup> O fluxo de teuto-brasileiros em direção ao noroeste do Rio Grande do Sul pode ser considerado como uma migração interna ligada ao rápido crescimento demográfico das regiões do Vale dos Sinos, Vale do Caí e Vale do Taquari, diante desse crescimento demográfico nas “antigas colônias” alemãs e da própria degradação do solo, milhares de teuto-brasileiros participaram do povoamento do noroeste do estado, misturando-se com imigrantes de diversas etnias.

inexistente. Os portugueses e os seus descendentes entendiam que um determinado local deveria pertencer a um proprietário detentor de um título juridicamente legítimo ou ao governo e, conseqüentemente, a presença dos Kaingang era um obstáculo para a normalização do sistema agrário português e para a expansão das atividades econômicas.

Pensando a presença dos Kaingang dentro da lógica da sua época, o Governo Provincial passou a dedicar uma atenção especial aos movimentos e ao comportamento dos índios e tomou medidas específicas para promover o aldeamento dos Kaingang. Dentre essas medidas, podemos destacar o Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845 (orientando como os indígenas deveriam ser tratados); a criação dos aldeamentos de Nonoai (1846) e Guarita (1848) e o envio de verbas para a manutenção desses aldeamentos; além da criação de unidades militares para coibir as hostilidades indígenas e dos investimentos feitos em estradas pelo governo. O resultado desse conjunto de ações foi o rápido aumento no número de Kaingang aldeados e a valorização das terras, especialmente depois da conclusão da linha férrea, interligando Cruz Alta com Santa Maria e Porto Alegre, em 1894. Um trabalho planejado e executado pelo poder público, mas que depois de concluído, beneficiou diretamente os proprietários de títulos de terra nas proximidades do Alto Uruguai.

No final do século XIX, já no período republicano, a região que antes pertencia aos Kaingang já estava em condições de ser efetivamente incorporada na rota de expansão colonial. A construção dessa rota foi feita em parte pelo governo, e em parte pelo capital particular, que a partir da implantação da República ampliou os seus investimentos no “negócio da imigração”. Neste sentido, cabe ressaltar que o governo do Partido Republicano Rio-grandense contribuiu para o surgimento de diversas companhias de colonização que compravam grandes áreas de particulares e negociavam terras devolutas com o Estado e, posteriormente, comercializavam pequenos lotes de terra facilitando as condições de pagamento.<sup>15</sup> O trabalho dessas companhias colonizadoras, em alguns casos, manteve um critério étnico na seleção dos compradores, em outros, abandonou esse critério.

---

<sup>15</sup> As relações entre o governo republicano e o “mercado de terras” no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República foram abordadas por Ironita Policarpo Machado na obra *Entre Justiça e lucro. Rio Grande do Sul. 1890-1930*. Os estudos dessa autora, focados nos documentos do Judiciário rio-grandense, comprovam o interesse dos líderes políticos do PRR no processo de comercialização de terras e apresentam situações de conflitos geradas no decorrer deste processo.

Como exemplos da atuação do capital particular na promoção da imigração e da colonização, cabe destacar o caso da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer e da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia, ambas com investimentos no noroeste do Rio Grande do Sul.

A primeira formou-se a partir da compra de diversas propriedades e expandiu-se de 1897 a 1910, depois de adquirir um grande volume de terras, os donos da empresa iniciaram o loteamento a partir da antiga fazenda Posse dos Mello, no município de Cruz Alta, local onde instalaram a sede da Colônia Neu-Württemberg. O alemão Herrmann Meyer foi um dos fundadores da empresa que apesar de ter criado e loteado outras propriedades, concentrou seus investimentos em Neu-Württemberg para torná-la uma colônia alemã modelo, por isso Meyer incluía na propaganda da companhia a oferta de uma boa infraestrutura e serviços de assistência escolar e assistência religiosa. Segundo a historiadora Rosane Marcia Neumann, a colônia Neu-Württemberg recebeu incentivos da municipalidade de Cruz Alta através da construção de estradas e pontes, mas apesar disso, o preço mais elevado dos lotes em relação às outras colônias, dificultou a ocupação definitiva da colônia.<sup>16</sup> Contrariando sua preferência por imigrantes alemães, Herrmann Meyer optou por não impor restrições étnicas nas outras colônias que loteou nas primeiras décadas do século XX.

A participação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. no “negócio da imigração e colonização” foi facilitadas pelos vínculos dessa empresa com o capital internacional e pelas boas relações mantidas entre os seus proprietários e o governo estadual. No seu estudo sobre a história dessa empresa, Márcia dos Santos Caron enfatizou as ligações de Thimóteo Pereira da Rosa (um dos dois principais sócios fundadores da empresa) com grupos internacionais que estavam investindo no setor ferroviário do Rio Grande do Sul e com o próprio governo. Segundo Carón:

---

<sup>16</sup> Abordando o processo de ocupação da Colônia Neu-Württemberg, Rosane Márcia Neumann destaca que apesar das facilidades na compra do lote, a maior parte dos imigrantes que se instalaram na colônia nas duas primeiras décadas do seu funcionamento não permaneceu nela. Diz a autora: “Somente no pós-I Guerra Mundial, entre os anos de 1921 e 1927, um grupo de 178 famílias de imigrantes, na maioria suábios, provenientes de Württemberg, estabeleceram-se em Neu-Württemberg. Tratava-se de um grupo homogêneo, com a presença de um considerável contingente de trabalhadores urbanos, muitos deles com alguma especialização técnica, estabelecendo-se assim na sede da colônia com pequenas oficinas.” (NEUMANN, 2009, p. 170).

*(...) constatou-se que Pereira Rosa tinha trânsito nas esferas de poder do Estado positivista, tendo sido presidente da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul no período de 1913 - 1916. [...]. Esse trânsito foi provavelmente o que favoreceu que o governo autorizasse que as indenizações adquiridas pela Empresa Colonizadora fossem demarcadas no Alto Uruguai e, pelos proprietários interessados, supervisionados pela Comissão de Terras local. (CARON, 2009, p. 185)*

Obtendo vantagens dos seus contatos políticos e dos benefícios que a legislação concedeu às companhias contratadas para construção de ferrovias, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia., recebeu entre 1915 e 1917, uma grande área de terras na região do Alto Uruguai e pode usar a proximidade da estrada de ferro para valorizar o preço dos seus lotes. Junto com as companhias particulares de colonização, estava em curso no Alto Uruguai uma política de colonização promovida pelo governo estadual que tinha nas colônias de Ijuí e de Santa Rosa dois importantes núcleos de execução. Os documentos do engenheiro Torres Gonçalves, um dos principais burocratas da política de colonização do PRR, indicam uma preferência pelo uso de elementos nacionais no povoamento das colônias estaduais, mas, apesar dessa preferência, os teuto-brasileiros ocuparam a maior parte dos lotes, especialmente na colônia de Santa Rosa. Importa ressaltarmos que mesmo com a implantação da República, o mapa da colonização no Rio Grande do Sul, continuava apontando na direção das terras do Alto Uruguai, com o importante diferencial de que estava em pauta uma crescente preocupação com a necessidade de incluir os “nacionais” nos benefícios do acesso à terra.

Inserido em um contexto de mudanças políticas mais amplas, de âmbito nacional e local, o capital particular ampliou sua presença no “negócio da colonização” e as *colônias mistas* expandiram-se em direção ao noroeste do Rio Grande do Sul e, posteriormente, avançaram sobre as terras do oeste de Santa Catarina. A viabilidade desse fluxo migratório, conforme foi dito anteriormente, foi produto de ações do governo e da continuidade da vinda de imigrantes europeus, por outro lado, ele também foi produto de dois fatores que excediam a esfera política: (1) o fator demográfico que pressionava os teuto-brasileiros e os descendentes italianos na busca de novas terras; (2) e o surgimento de grandes companhias de colonização

com práticas, objetivos e procedimentos distintos dos seguidos pelo governo imperial e provincial no decorrer do I e do II Reinado. Dentro dos preceitos capitalistas, a procedência étnica do comprador do lote ficava em segundo plano e ganhava importância o seu potencial de compra.

### **Considerações finais**

A proposta de abordar a imigração alemã e italiana para o Rio Grande do Sul na perspectiva da História Comparada direcionou o texto para um campo de estudos que apesar de não possuir um método específico, possui um conjunto de proposições sustentadas pelos trabalhos de March Bloch; nestes, encontramos duas possibilidades de comparações históricas que foram definidas por Lara Mancuso da seguinte forma:

*A primeira corresponde a escolher sociedades separadas temporal e espacialmente, de tal modo que as analogias encontradas não possam ser explicadas nem por influências mútuas nem por origens comuns. [...]. A segunda opção que destaca Bloch é estudar sociedades contemporâneas com influências mútuas, geograficamente próximas, que estejam submetidas a um contexto macro relativamente parecido em virtude das proximidades e sincronismos, e que de alguma forma remontem a uma origem em comum. (MANCUSO: 2005, p. 264-265)*

Diante das proposições de March Bloch e de diversos trabalhos de História Comparada influenciados pelo pensamento desse autor, sabemos que a viabilidade deste tipo de estudo demanda uma pré-definição de temas e de cortes geográficos e cronológicos a partir dos quais o exercício de comparação pode ser construído. A formulação das comparações depende em parte das particularidades do tema e das questões consideradas relevantes pelo autor do estudo. Ela também depende da escolha entre as duas opções propostas por Bloch: na primeira opção (análise de sociedades separadas no tempo e no espaço), as analogias precisam ser construídas sem pontos em comum para a explicação delas; na segunda (análise de sociedades contemporâneas com proximidade geográficas e influências mútuas), a lógica é inversa e as analogias devem observar a existência de pontos em comum entre as respectivas sociedades.

Outro aspecto relevante na História Comparada é probabilidade do surgimento de questões não colocadas pelo tema inicial, ou dito de outra forma, o surgimento de questões produzidas pela própria perspectiva da comparação. Igualmente importante para a viabilidade do método comparativo ensaiado neste artigo, é o reconhecimento de que o cruzamento de produções historiográficas procedentes de locais e de tradições acadêmicas distintas exerce influência na experiência da comparação histórica, podendo, em alguns casos, facilitá-la e, em outros, torná-la inviável.<sup>17</sup>

No enfoque proposto para este artigo, o exercício de comparação foi conduzido a partir da identificação de semelhanças e diferenças entre a imigração de alemães e italianos para o Rio Grande do Sul.<sup>18</sup> A busca pelo acesso a terra é certamente o ponto em comum no fluxo de milhares de alemães e italianos para essa região, porém, as condições de obtenção dos lotes foram diferenciadas em função das mudanças políticas de âmbito nacional e local. Os primeiros alemães receberam lotes em terras devolutas na Colônia de São Leopoldo e diante do resultado dessa experiência pioneira o governo provincial investiu na criação de novas colônias. Seguindo a Lei de Terras que determinava a venda das terras devolutas, a partir de 1870, italianos e outros imigrantes que se dirigiram para as colônias imperiais na Serra compraram lotes em condições facilitadas pelo governo e, posteriormente, alemães, italianos e imigrantes de outras etnias avançam em direção ao noroeste do Rio Grande do Sul atraídos pelo comércio de terras feito por grandes companhias de colonização que mantinham boas relações com o governo republicano.

Diante do que foi exposto no texto, fica evidente que o poder público diminui a esfera de suas ações na área da imigração e que o capital particular ganhou importância, especialmente no período inicial da República. A compreensão dessa mudança na participação do governo como agente promotor da imigração para o Rio Grande do Sul merece novos estudos e seria um equívoco pensar que ela foi consequência natural da implantação da República. Fatos como a criação da colônia

---

<sup>17</sup> Sobre as particularidades da História Comparada em seus aspectos positivos e negativos, ver em MANCUSO (2005), AYMARD (2008) e HEINZ (2009).

<sup>18</sup> A definição do tema faz deste artigo um exercício de História Comparada que se enquadra na segunda opção sugerida por March Bloch, ou seja, ele é um artigo que analisa sociedades que tiveram na experiência de imigração o seu vínculo em comum e que geograficamente ocuparam locais relativamente próximos.

de São Lourenço (a primeira experiência bem sucedida de colonização particular na Província), os contratos do governo com particulares encarregados de selecionar e trazer imigrantes, a política de aldeamento dos Kaingang, o avanço dos latifúndios sobre as terras devolutas no período entre o abandono do regime de sesmarias e a Lei de Terras, assim como a gradual expansão das ferrovias em direção ao Alto Uruguai, oferecem subsídios para pensarmos que ao longo de todo período da imigração europeia para o Rio Grande do Sul, os interesses particulares (de nacionais ou estrangeiros) sempre estiveram presentes nas discussões e decisões dos governantes.

### **Referências Bibliográficas**

AMSTAD, Teodoro. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul.**

Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

AYMARD, Maurice. *Qué historia comparada, hoy?* BONAUDO, Marta; REGUERA, Andrea e ZIBERIO, Blanca (Orgs.). **Las escalas em la história comparada.**

Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.

TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil.**

Erechim: Habilis, 2009.

GERTZ, René. Colônias Mistas. **XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã.** São Leopoldo: OIKOS, 2006, p. 519 – 531.

GIRON, Loraine Slomp. *A imigração italiana no RS: fatores determinantes.*

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs.) **RS: imigração e colonização.**

Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 47 – 67.

DREHER, Martin N. *O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos.* In: **Estudos Leopoldenses - Série História.** São Leopoldo: UNISINOS; v. 3, nº 2, 1999, p. 49-71.

FREITAS, Aline M. de; CAREGNATO, Lucas; TOMAZONI, Mário A. *Colônias Mistas: Denominação e Conceituação Através da Análise das Relações Interétnicas na Região Colonial Italiana do RS.* **XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização.** São Leopoldo: OIKOS, 2006, p. 531-541.

GRITTI, Isabel Rosa. *Poloneses, Alemães e Italianos no processo de colonização do Rio Grande do Sul. XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização.*

São Leopoldo: OIKOS, 2006, p. 508 – 519.

MANCUSO, Lara. *A comparação no estudo da História da América Latina.* In:

**Projeto História.** São Paulo, nº 31, dez. de 2005, p. 259 – 275.

HEINZ, Flávio (Org.). ***Experiências nacionais, temas transversais:***

***subsídios para uma história comparada da América Latina.*** São

Leopoldo: OIKOS, 2009.

KAMPHOEFNER, Walter. *Quiénes se fueron al sur? La eleccion de destino entre los inmigrantes alemanes en el siglo XIX.* In: **Estudios Migratorios**

**Latinoamericanos.** Ano 14, nº. 42, 1999, p. 23 – 48.

LEMONS, Juvêncio Saldanha. ***Os mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil.*** Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

MACHADO, Paulo Pinheiro. ***A política de colonização do Império.*** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MACHADO, Ironita P. ***Entre justiça e lucro. Rio Grande do Sul. 1890-1930.***

Passo Fundo: Editora UPF, 2012.

NEUMMANN, Rosane Marcia. *Neu-Wütemberg: uma colônia étnica no noroeste do Estado.* TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). **Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil.**

Erechim: Habilis, 2009, p. 163 – 177.

NONNEMMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (séc. XIX).** Porto Alegre: EDPUC, 2000.

POZENATO, Kenia M. Menogotto; GIRON, Loraine Slomp. ***Cem anos de imprensa regional. 1897-1997.*** Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *Colônias alemãs, rios e Porto Alegre: um processo de integração e desenvolvimento no século XIX.* In: In: **Estudos Leopoldenses -**

**Série História.** São Leopoldo: UNISINOS; v. 3, nº 2, 1999, p. 115-133.

RÜCKERT, Aldomar. ***A trajetória da terra: ocupação e colonização do***

***centro norte do Rio Grande do Sul. (1827-1931).*** Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *O Rio Grande do Sul no início da imigração*. In:  
**Estudos Leopoldenses - Série História**. São Leopoldo: UNISINOS; v. 3, nº 2,  
1999, p. 9 – 33.

*Recebido em Fevereiro de 2013*  
*Aprovado em Dezembro de 2013*